

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**a) Unidade descentralizadora e responsável**Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Presidência da República**

Nome da autoridade competente: Kelli Cristine de Oliveira Mafort

Número do CPF: xxx.612.678-xx

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade responsável pela execução do objeto do TED: **Secretaria-Geral da Presidência da República****b) UG SIAFI**Número e nome da unidade gestora - UG que descentralizará o crédito: **Secretaria-Geral da Presidência da República**Número e nome da unidade gestora - UG responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria-Geral da Presidência da República****2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA****a) Unidade descentralizada e responsável**Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ**Nome da autoridade competente: **MÁRIO SANTOS MOREIRA**

Número do CPF: xxx.386.357-xx

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **GEREB/PSTA****b) UG SIAFI**Número e nome da unidade gestora - UG que receberá o crédito: **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - 254420**Número e nome da unidade gestora - UG responsável pela execução do objeto do TED: **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - 254420****3. OBJETO:** “Promover a descentralização orçamentária, por meio de Termos de Execução Descentralizada, para implementar planos de ação voltados a promover a articulação e a qualificação da participação social com educação popular nos territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR)”.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Meta 1: Identificação e articulação dos(as) sujeito(as), lideranças de organizações e movimentos sociais nos territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR), para o fortalecimento da participação social e controle social de políticas públicas e na construção de Territórios Saudáveis, Sustentáveis e Solidários (TSSS)

Atividade 1.1 - Mapear e articular sujeitos(as) e lideranças de organizações e movimentos sociais nos territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR), envolvidos com a participação social e o controle social de políticas públicas e na construção de Territórios Saudáveis, Sustentáveis e Solidários (TSSS)

Atividade 1.2 - Produzir materiais de informação e educativos para os territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR), para a ampliação e fortalecimento da participação social e controle social de políticas públicas e na construção de Territórios Saudáveis, Sustentáveis e Solidários (TSSS)

Meta 2: Desenvolvimento e sistematização de processos de formação-ação junto aos territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR), para participação e controle social nas políticas públicas e na construção de Territórios Saudáveis, Sustentáveis e Solidários (TSSS)

Atividade 2.1 - Desenvolver o projeto político pedagógico da formação-ação em participação social e controle social de políticas públicas e construção de Territórios Saudáveis, Sustentáveis e Solidários (TSSS)

Atividade 2.2 – Executar e sistematizar os processos de formação-ação junto aos territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR), para o fortalecimento da participação social e controle social das políticas públicas e na construção de Territórios Saudáveis, Sustentáveis e Solidários (TSSS)

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A Fundação Oswaldo Cruz – Gerência Regional de Brasília (Fiocruz Brasília/GEREB) é uma Fundação que incorpora pesquisadores(as) das mais diversas formações comprometidas com a implementação das políticas públicas estratégicas do Governo Federal, e tida como uma instituição estratégica do estado brasileiro.

Cabe ressaltar que o Programa atua no desenvolvimento de ações estruturantes e dinamizadoras da promoção da saúde, relacionadas ao campo da saúde ambiental e da saúde do trabalhador e também em estratégias de apoio à cooperação técnica para o desenvolvimento institucional, relacionados à Promoção da Saúde, Vigilância em Saúde Ambiental, Políticas de Equidade do Trabalhador e da Trabalhadora em Saúde, na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS), Agroecologia e na consequência do desenvolvimento de políticas públicas de saúde, em articulação com o Ministério Saúde e outros ministérios e instâncias públicas.

Este desafio assumido pelo PSAT, dialoga com a implementação e as ações destacadas nas políticas públicas em saúde, dentre elas, destaco: a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS); a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS); a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF); a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST); a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF); a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSPN); a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS); dentre outras.

O PSAT ao longo dos seus 16 anos de atividade, desenvolveu o Projeto de Formação de Lideranças das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (2012/2016); Projeto Território Saudável e Sustentável na região do Semiárido do Brasil (2016/2020); Projeto de formação e pesquisa desenvolvido com as pescadoras artesanais e marisqueiras na Ilha de Maré, em Salvador (2018/2023); Formação e educação em saúde no Distrito Federal: educação popular e educação do campo no SUS-DF (2019/2023); Educação e Formação em Saúde no Estado do Ceará – Turma Especial: Mestrado Profissional em Saúde, Ambiente e Trabalho (2020/2023); Formação-ação em Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho com ênfase na Saúde Integral das Mulheres na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) (2020/2023); Saúde, Ambiente, Trabalho para Mulheres e Residentes – Turma de Especialização em Direitos Humanos, Participação Social e Promoção da Saúde das Mulheres e Turma de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na Saúde da População do Campo – RMSFSPC (2021- atual); Informação e formação-ação em práticas integrativas e complementares em saúde (2021/2024); Formação-Ação de Agentes Populares em Saúde do Campo e de Agentes Populares de Saúde do Campo com ênfase em Agroecologia (2020 – atual), Formação- ação dos Agentes Populares de Equidade, Formação-ação de Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial, Projeto de Mobilização territorial para participação na Conferência Nacional Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e o Projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Promoção do Cuidado: abordagem interseccional e intersetorial na Promoção da Saúde.

O conjunto de iniciativas, à despeito promovido pela rede articulada pelo Projeto Mãos Solidárias, passam pela orientação e monitoramento da Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS), vinculada ao Ministério da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e fiscalizadas pelo Conselho de Participação Social (CPS), como ferramenta legítima de controle social sobre a aplicação de recursos públicos envolvidos neste programa.

Essas iniciativas demonstram um alinhamento claro com as políticas públicas de saúde e participação social, reforçando a importância da articulação entre diferentes esferas de governo e sociedade civil. A convergência de esforços entre as diversas políticas e o monitoramento contínuo, por meio de instrumentos de controle social, como a SNPS e o CPS, é essencial para garantir a transparência e a efetividade das ações. Dessa forma, fortalecem-se os princípios democráticos e se assegura o uso adequado dos recursos, promovendo impactos positivos para as populações beneficiadas.

Desta forma, o Programa Participação Social com Educação Popular nos Territórios não pretende ser mais uma política territorial ou de territorialização empreendida pelo governo federal. Ela pretende contribuir de forma eficiente para promover a articulação e integração das políticas públicas que chegam nos territórios. Portanto, a centralidade das ações e estratégias do Programa diz respeito a processos de articulação voltados ao fortalecimento e aumento da qualidade da participação social com educação popular.

A participação social é fundamental para a construção de políticas públicas que respondam às demandas da sociedade e promovam inclusão e justiça social. Como ressaltam Habermas, Avritzer e Tatagiba, a criação de espaços de diálogo efetivo entre Estado e sociedade fortalece a democracia e amplia o alcance das políticas públicas.

A consolidação de uma participação social inclusiva exige o comprometimento do Estado e da sociedade civil na construção de condições que garantam igualdade de acesso aos processos decisórios. Dessa forma, é possível promover um desenvolvimento mais saudável, sustentável e solidário, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A unidade descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- () Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da unidade descentralizada.
- () Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
- (X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A unidade descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- (X) Sim
- () Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

- 1... DOA: R\$ 44.770,60
- 2... ISS: R\$ 11.000,00

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Identificação e articulação dos(as) sujeito(as), lideranças de organizações e movimentos sociais nos territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR), para o fortalecimento da participação social e controle social de políticas públicas e na construção de Territórios Saudáveis, Sustentáveis e Solidários (TSSS)	Relatório técnico Material Informativo	1 1	R\$ 20.143,00	R\$ 20.143,00	30/12/2024	30/12/2025
PRODUTO	Relatório técnico contendo as lideranças de organizações e movimentos sociais nos territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR) Material Educativo produzido para contribuir com as discussões sobre a temática do projeto	Relatório técnico Material Informativo	1 1	R\$ 20.143,00	R\$ 20.143,00	30/12/2024	30/12/2025

META 2	Desenvolvimento e sistematização de processos de formação junto aos territórios das regiões metropolitanas de Recife (PE) e de Curitiba (PR), para participação e controle social nas políticas públicas e na construção de Territórios Saudáveis, Sustentáveis e Solidários (TSSS)	Material Informativo Documento técnico	1 1	R\$ 529.857,00	R\$ 529.857,00	30/12/2024	30/12/2025
PRODUTO	Materiais de informação pedagógico/acadêmicos produzidos com a temática do projeto Documento contendo a sistematização dos processos de formação	Material Informativo Documento técnico	1 1	R\$ 529.857,00	R\$ 529.857,00	30/12/2024	30/12/2025

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
dez/2024	R\$ 49.500,00
fev/2025	R\$ 500.500,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	<i>Sim</i>	R\$ 55.770,60

Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.

12. PROPOSIÇÃO / APROVAÇÃO

Assinatura eletrônica dos responsáveis pela unidade descentralizada e descentralizadora.

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ DUTRA FENNER, Pesquisador em Saúde Pública**, em 25/11/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA, Presidente**, em 27/11/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4487835** e o código CRC **A0554B8E**.

Versão 01 - AGO/2023

Referência: Processo nº 25027.000500/2024-50

SEI nº 4487835